



27 DE JULHO DE 2017

Quinta-feira

- 3º CONGRESSO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. FUTURO DA INDÚSTRIA NO BRASIL
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 1,3 PONTO EM JULHO, APONTA FGV
- SONDAGEM INDUSTRIAL- EXPECTATIVAS POSITIVAS AINDA NÃO SE REFLETEM NA SITUAÇÃO CORRENTE
- ENTIDADES DO SETOR PRODUTIVO ELOGIAM QUEDA DE JUROS
- CNI: REDUÇÃO DOS JUROS PARA UM DÍGITO VAI INCENTIVAR CONSUMO E INVESTIMENTO
- BC CORTA JUROS EM RITMO MAIS LENTO DO QUE PODERIA, DIZ FIESP
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 6,7% NO 1º SEMESTRE, REVELA ABIMAQ
- RECEITA ALTERA IN SOBRE DECLARAÇÃO ANUAL DE MULTINACIONAIS
- PESQUISA CNI- IBOPE- AVALIAÇÃO DO GOVERNO. POPULARIDADE CAI A SEU PIOR NÍVEL
- REDUÇÃO DOS JUROS PARA 9,25% AO ANO INCENTIVARÁ O CONSUMO E OS INVESTIMENTOS, AVALIA CNI
- PRIVATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA É CAMINHO INEVITÁVEL, AVALIA CONSELHO DE INFRAESTRUTURA DA CNI
- PARANÁ REGISTRA UM ACIDENTE DE TRABALHO A CADA 10 MINUTOS
- CÓDIGO DA MINERAÇÃO VAI ELEVAR CUSTO DE EMPRESAS
- ARCELORMITTAL VÊ DEMANDA GLOBAL MAIOR POR AÇO, MAS TEME IMPORTAÇÕES
- SETOR DE AÇO VÊ ECONOMIA FRACA E ESPERA QUEDA EM VENDAS EM 2017
- PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO EM JUNHO SOBE 4% ANTE JUNHO DE 2016, DIZ IABR
- FUTUROS DO AÇO FECHAM EM QUEDA NA CHINA COM PERSPECTIVA DE MENOR DEMANDA E AMPLA OFERTA
- OFERTAS DE AÇÕES GANHAM FÔLEGO E DEVEM CHEGAR A R\$ 40 BILHÕES EM 2017

- DESEMBARGADOR DESTACA RISCO DE 'DESCONTROLE DO PAÍS' EM DECISÃO SOBRE PIS-COFINS
- EDP REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 141,998 MI NO 2º TRIMESTRE
- MME PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE REFORMA DO MARCO LEGAL DE ENERGIA
- COPOM DECIDE CORTAR SELIC EM 1 PONTO PORCENTUAL, PARA 9,25% AO ANO
- BANCOS SEGUEM COPOM E REPASSAM QUEDA DA SELIC PARA PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS
- FLUXO CAMBIAL TOTAL EM JULHO ATÉ DIA 21 É NEGATIVO EM US\$ 2,885 BILHÕES, DIZ BC
- SERVIDOR QUE ADERIR AO PDV TERÁ ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE INDENIZAÇÃO
- MEDIDA PROVISÓRIA COM REGRAS DE PDV PARA SERVIDORES FEDERAIS É PUBLICADA
- PLANALTO CONFIRMA QUE TEMER ASSINOU MP QUE CRIA PDV PARA SERVIDOR
- ALIADOS DE TEMER QUEREM QUE REFORMA DA PREVIDÊNCIA FIQUE PARA 2019
- PERCENTUAL DE CHEQUES SEM FUNDOS NO BRASIL TOCA MENOR PATAMAR EM 2 ANOS NO 1º SEMESTRE, DIZ SERASA
- ARTIGO: A ARBITRARIEDADE NO AUMENTO DOS COMBUSTÍVEIS
- GOVERNO DERRUBA LIMINAR E COMBUSTÍVEIS SEGUEM "SALGADOS"
- FIAT CHRYSLER TEM ALTA DE 15% EM LUCRO DO 2º TRI, MAS ENDIVIDAMENTO DECEPCIONA
- "SETOR AUTOMOTIVO PRECISA ENTENDER QUE INOVAÇÃO VAI ALÉM DE P&D"
- PSA TEM FATURAMENTO RECORDE NO SEMESTRE
- INDÚSTRIA 4.0 TERÁ R\$ 5 MILHÕES PARA TESTES NO BRASIL
- OMNILINK LANÇA CAIXA PRETA ADICIONAL PARA CAMINHÕES
- AUTOPEÇAS REGISTRAM US\$ 2,65 BI DE DÉFICIT

CÂMBIO EM 27/07/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,152	3,153
Euro	3,674	3,675

Fonte: BACEN

Houve aumento da proporção de empresas prevendo crescimento do quadro de pessoal, de 9,3% para 16,0% do total, e diminuição da parcela que prevê redução, de 20,9% para 18,4% do total.

O Índice da Situação Atual (ISA) subiu 1,4 ponto, para 88,4 pontos. O ISA tampouco recuperou a queda observada em junho, de 2 pontos.

A principal influência para o aumento do ISA no mês foram as melhores avaliações sobre a situação atual dos negócios, que mostraram aumento de 3,7 pontos, para 87,5 pontos. A parcela que considera a situação corrente fraca em julho (33,7%, de 36,2% em junho) é a menor desde fevereiro de 2015 (30,8%), embora ainda represente mais de um terço das empresas. A fatia de empresários que considera a situação boa subiu de 9,4% para 12,3%.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) avançou 0,5 ponto porcentual em julho, para 74,7%. "O grau de ociosidade retornou ao nível de maio e o setor não sinaliza aquecimento da produção nos próximos meses", completa Tabi.

A edição de julho de 2017 do ICI coletou informações de 1.144 empresas entre os dias 3 e 24 deste mês. A próxima divulgação desse indicador será no dia 29 de agosto de 2017, sendo que a prévia do resultado será publicada no site do Ibre no dia 22 de julho.

Sondagem Industrial- Expectativas positivas ainda não se refletem na situação corrente

27/07/2017 – Fonte: CNI

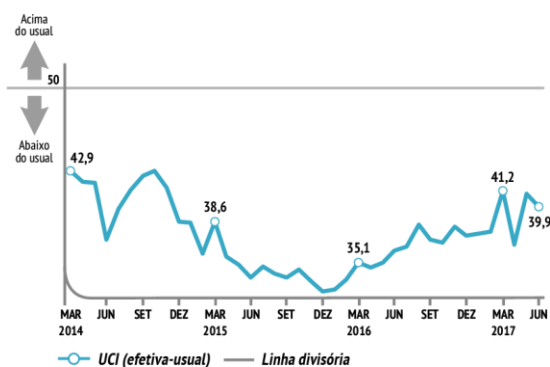
Expectativas positivas ainda não se refletem na situação corrente

Os resultados de junho apontam retração da atividade industrial, movimento usual para esse mês na comparação com o anterior. O quadro de contração é composto por queda na produção, baixa na utilização da capacidade instalada (UCI) e redução no número de empregados.

Utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual

Índice de difusão (0 a 100 pontos)

Índice varia de 0 a 100 pontos. Valores abaixo de 50 pontos indicam utilização da capacidade abaixo do usual para o mês. Quanto mais distante de 50 pontos, maior a distância entre o efetivo e o usual.



Entidades do setor produtivo elogiam queda de juros

27/07/2017 – Fonte: Exame

Entretanto, as associações seguem cobrando a continuidade das reformas estruturais que, segundo elas, aumentarão a competitividade da economia brasileira

A redução dos juros básicos da economia para um dígito pela primeira vez em quatro anos ajuda a aliviar a recessão e a recuperar empregos, avaliam entidades da indústria.



As associações de empresários elogiaram a queda das taxas, mas cobraram a continuidade das reformas estruturais que, segundo elas, aumentarão a competitividade da economia brasileira.

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou acertada a decisão do Banco Central de cortar a taxa Selic de 10,25% para 9,25% ao ano.

A entidade destacou que a aproximação das taxas de juros nominais das reais (diferença entre juros e inflação) melhorará as condições financeiras das famílias e estimularão o consumo e o investimento.

A confederação, no entanto, pediu empenho do governo no corte de gastos e do Congresso na tramitação das reformas econômicas para que os juros não aumentem no futuro.

“A recuperação do consumo e dos investimentos deve ser acompanhada das reformas estruturais, como a da Previdência Social, que são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas e a consolidação do crescimento sustentável do país”, informou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em nota.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) considerou acertada a redução da Selic, mas criticou o aumento recente nos tributos sobre os combustíveis. Para a entidade, a elevação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) prejudica o combate à inflação e a retomada do crescimento.

“A saída para a crise fiscal não passa por mais aumento de impostos, mas pela adequação dos gastos públicos ao novo cenário econômico. E isso depende das reformas, em especial a da Previdência. Essa é a única saída para a recuperação da confiança de empresas e consumidores, condição necessária para a retomada do crescimento econômico e da geração de empregos”, informou a nota da Firjan.

CNI: redução dos juros para um dígito vai incentivar consumo e investimento

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O corte de um ponto porcentual nos juros básicos anunciado no início da noite desta quarta-feira, 26, pelo Banco Central vai ajudar a estimular o consumo e os investimentos, abrindo caminho para a retomada do crescimento, avalia a Confederação Nacional da Indústria (CNI) em nota assinada pelo presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, e enviada à imprensa após a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom).

A CNI destaca que, com a forte desaceleração dos preços, a decisão do Banco Central diminui a diferença entre as taxas de juros nominal e real da economia. “Isso favorecerá a recuperação das condições financeiras das famílias, o que é essencial para a recuperação da atividade e do emprego”, destaca a nota, que também defende a aprovação das reformas estruturais, como a da Previdência.

BC corta juros em ritmo mais lento do que poderia, diz Fiesp

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) avalia que ao cortar a taxa básica de juros, a Selic, em um ponto porcentual nesta quarta-feira, 26, o Banco Central está reduzindo o indicador em ritmo “muito mais devagar do que poderia”, afirma nota assinada pelo presidente da entidade, Paulo Skaf.

Para o presidente da Fiesp, a inflação está em queda e a projeção do mercado é de que o IPCA deve encerrar o ano em 3,3%, ou seja, abaixo da meta do Banco Central, de 4,5%. “Além disso, a retomada do crescimento é fraca”, ressalta o executivo na nota enviada à imprensa após a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). “O emprego não está reagindo. Continuamos com 14 milhões de desempregados.”

“O BC está com a preocupação errada. A inflação está sob controle”, afirma Skaf. “O que o Brasil precisa, no momento, é retomar o crescimento e gerar novos empregos. E isso só vai acontecer com juros mais baixos.”

Firjan

Já o Sistema Firjan, que reúne as indústrias do Estado do Rio de Janeiro, considerou a decisão do Copom “acertada”. Em nota à imprensa, a entidade ressalta que, além de a inflação estar abaixo da meta, há muita ociosidade na indústria e o mercado de trabalho segue fraco. “Há espaço para queda significativa da taxa de juros.”

Ao comentar a decisão do Copom, a Firjan aproveita para criticar a decisão do governo de elevar tributos para tentar cumprir a meta fiscal de 2017. Para a entidade, esta estratégia será negativa para a recuperação da economia.

Faturamento da indústria de máquinas cai 6,7% no 1º semestre, revela Abimaq

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos somou R\$ 31,955 bilhões no primeiro semestre, queda de 6,7% em relação à primeira metade do ano passado, mostra balanço divulgado nesta quarta-feira, 26, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Só em junho, o setor faturou R\$ 6 bilhões, alta de 2,4% ante maio, mas recuo de 2,5% na comparação com junho de 2016.

O consumo aparente, que inclui as importações na conta de faturamento, atingiu em junho R\$ 40,99 bilhões no primeiro semestre, baixa de 26,2% sobre o volume registrado em igual intervalo do ano passado. No sexto mês, foram R\$ 7,291 bilhões, crescimento de 5% ante maio, mas retração de 44,2% em relação a igual mês de 2015.

Ainda segundo a Abimaq, as exportações de máquinas e equipamentos tiveram avanço de 2,3% no primeiro semestre, para US\$ 4,083 bilhões. Em junho, os embarques alcançaram US\$ 752,79 milhões, crescimento de 6,8% em relação a maio e de 8,2% ante junho do ano passado.

As importações, por sua vez, tiveram queda de 27,9% no semestre, para US\$ 6,059 bilhões. Em junho, o volume de importação somou US\$ 1,004 bilhão, alta de 9,8% na variação mensal, mas baixa de 56,7% na variação interanual.

Com isso, o saldo da balança comercial do setor ficou negativo em US\$ 1,975 bilhão no acumulado dos primeiros seis meses do ano. O resultado representa baixa de 55,2% em relação ao saldo da primeira metade do ano passado. Em junho, a diferença

também ficou negativa, em US\$ 251,27 milhões, crescimento de 20% em comparação com maio, mas queda de 84,5% sobre o resultado de junho de 2015.

O nível de emprego apresentou retração de 5,6% na primeira metade do ano, para um total de 290.810 funcionários. No mês de junho, houve recuo de 0,2% ante maio. Em relação a junho do ano passado, a retração foi mais intensa, de 5%. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) ficou em 70,9% em junho.

Receita altera IN sobre declaração anual de multinacionais

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Secretaria da Receita Federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 27, alterações na instrução normativa que trata da obrigatoriedade da declaração país a país, relatório anual pelo qual multinacionais fornecem à administração tributária da jurisdição de residência informações e indicadores sobre localização de suas atividades, alocação global de renda e impostos pagos e devidos.

O novo texto estabelece um 'mecanismo provisório' para a entrega do documento referente ao ano de 2016 pelos grupos multinacionais.

Pesquisa CNI- IBOPE- Avaliação do Governo. Popularidade cai a seu pior nível

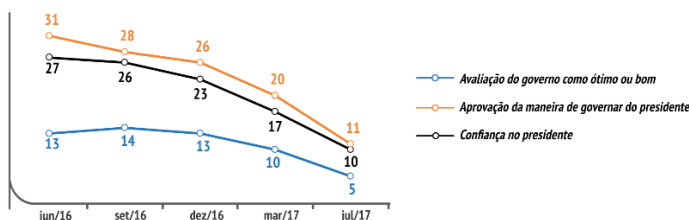
27/07/2017 – Fonte: CNI

Popularidade cai a seu pior nível

A popularidade do presidente Temer cai fortemente entre março e julho de 2017 e atinge seu nível mais baixo. O percentual dos que avaliam o governo como ótimo ou bom recua de 10% em março para 5% em julho.

Julho/2017

Popularidade do presidente Temer
Percentual de respostas (%)



Redução dos juros para 9,25% ao ano incentivará o consumo e os investimentos, avalia CNI

27/07/2017 – Fonte: CNI

Ainda segundo a instituição, a decisão do Banco Central favorecerá a recuperação das condições financeiras das famílias, o que é essencial para a recuperação da atividade e do emprego

O corte de 1 ponto percentual nos juros básicos da economia ajudará a estimular o consumo e os investimentos, abrindo caminho para a retomada do crescimento. A avaliação foi feita nesta quarta-feira (26) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), logo depois que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) anunciou a redução dos juros de 10,25% ao ano para 9,25% ao ano.

A CNI destaca que, com a forte desaceleração dos preços, a decisão do Banco Central diminui a diferença entre as taxas de juros nominal e real da economia. Isso favorecerá a recuperação das condições financeiras das famílias, o que é essencial para a recuperação da atividade e do emprego.

"A recuperação do consumo e dos investimentos deve ser acompanhada das reformas estruturais, como a da Previdência Social, que são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas e a consolidação do crescimento sustentável do país", alerta o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Privatização da administração portuária é caminho inevitável, avalia Conselho de Infraestrutura da CNI

27/07/2017 – Fonte: CNI

Reunião com entidades empresariais conclui que, em sua maioria, os portos são incapazes de promover as mudanças necessárias para o bom desempenho do comércio exterior brasileiro



O Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (Coinfra) recomenda a privatização das Companhias Docas o mais rapidamente possível. Segundo o presidente do Coinfra, Olavo Machado, o setor público já se mostrou incapaz de administrar os portos e responder com agilidade às oportunidades de mercado.

"O setor privado tem mais condições de investir e mobilizar recursos para darmos a tão esperada eficiência que os exportadores e importadores brasileiros precisam. Não temos mais tempo para abrir mão de instrumentos que vão nos dar competitividade", disse Olavo Machado durante reunião do Conselho nesta quarta-feira (26), em Brasília.

Dados da CNI mostram que a execução orçamentária de investimentos da União, nos seis primeiros meses deste ano, foi 34% menor do que no mesmo período do ano passado. Foram investidos apenas R\$ 13,8 bilhões, o menor valor dos últimos sete anos. No Ministério dos Transportes, os investimentos foram 38% inferiores do que entre janeiro e junho de 2016. E 80% deles foram para rodovias.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Adalberto Coelho, advertiu para o uso político do comando dos portos no Brasil. "Já tivemos pessoas sem o preparo necessário para administrar o porto de Salvador. Corremos o risco de um ter um bom gestor numa hora e um gestor péssimo no outro", lembrou.

O superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Luiz Henrique Tessutti Dividino, falou dos avanços no porto nos últimos seis anos, que acabou de instalar 14 novos guindastes. Ele lembrou que há desafios com o inchaço da máquina e a burocracia no próprio porto. Além disso, também lamentou que o porto não tem a capacidade de portos desenvolvidos. "Em Paranaguá, nós fazemos nove manobras, em Santos são 30. Isso não é nada comparado com os portos asiáticos ou com Roterdã", disse.

NEGOCIAÇÃO COM ARMADORES – O chairman da LOG Z, Nelson Carlini, alertou o setor empresarial para a concentração das empresas de navegação marítima no mundo. Segundo ele, três grandes grupos, que representam 10 empresas, movimentam 80% das cargas do mundo. "Diante disso, recomendo que o setor

empresarial brasileiro faça como os japoneses e se organizem, senão, as indústrias vão virar subsidiárias”, ressaltou Nelson Carlini.

Uma forma de organização, segundo a proposta de Carlini, seria a criação de cooperativas de compra de frete e serviços nos moldes dos Freight Forwards e *Non Vessel Operator Common Carrier* (NVOCCs), com o setor privado unido autorizando e negociando suas cargas.

“Atualmente vemos a consolidação crescente das empresas de navegação, o que diminui as alternativas para os donos de carga. Se por um lado as empresas conseguem um serviço especializado e regular, por outro têm menos alternativas e estão pagando fretes mais caros. Isso ocorre porque os grandes armadores estão engolindo os concorrentes. A ponta de lá se organizou para sobreviver, vocês têm que se organizar”, aconselhou.

Paraná registra um acidente de trabalho a cada 10 minutos

27/07/2017 – Fonte: Bem Paraná

Entre 2011 e 2015 foram registradas 253.721 ocorrências no Estado. No período, foram 1.158 mortes



Segundo dados da Previdência Social, somente em 2015 o Paraná registrou um total de 47.337 acidentes, o que deixa o estado em quarto lugar no ranking (foto: Franklin de Freitas)

Uma verdadeira tragédia se abate sobre o Paraná ano após ano. Não se trata de desastres naturais, guerra ou mesmo alguma alta nos índices de violência. São os acidentes de trabalho, registrados em média a cada dez minutos no Estado. Entre 2011 e 2015, último ano com dados disponíveis, foram 253.721 acidentes, dos quais 1.158 foram fatais – o que representa uma morte a cada 38 horas.

Na próxima quinta-feira, celebra-se o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, uma forma de destacar o problema ao mesmo tempo em que se renova o compromisso com a prevenção, a saúde e a segurança no trabalho.

Segundo dados da Previdência Social, somente em 2015 o Paraná registrou um total de 47.337 acidentes desse tipo, o que deixa o estado em quarto lugar no ranking nacional quando considerados os números absolutos, atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com relação aos óbitos, foram 212 - apenas São Paulo (662) e Minas Gerais (304) registraram mais acidentes fatais.

No mesmo ano o estado contabilizou um gasto de R\$ 18,9 milhões em benefícios concedidos em decorrência de acidentes de trabalho, enquanto o total nacional ultrapassou os R\$ 289 milhões, divididos em 222.450 benefícios acidentários.

Para o presidente da Associação Paranaense de Medicina do Trabalho, Guilherme Murta, os números “saltam aos olhos”. “Nos últimos cinco anos tivemos um surto de acidentes do trabalho, com impacto de mais de R\$ 22 bilhões nos cofres públicos.

Foram mais de 3,5 milhões de acidentes de trabalho no período e mais de 13 mil óbitos”, aponta o especialista, citando os dados da Previdência.

Mas se os dados oficiais são alarmantes, a realidade pode ser ainda mais tenebrosa, segundo aponta Adir de Souza, presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado do Paraná (Sintespap).

“Os números são grandes, uma verdadeira tragédia, mas esses são só os dados oficiais, de trabalhadores com carteira assinada. Aí não está o trabalhador autônomo, o trabalhador rural. Isso está muito longe da realidade”, afirma Adir.

Evolução dos acidentes

Ocorrências

2015 47.337

2014 52.977

2013 52.574

2012 50.009

2011 50.824

Óbitos

2015 212

2014 231

2013 273

2012 227

2011 215

Consequências (dados de 2015)

Assistência Médica 7.049

Incapacidade temporária – menos de 15 dias 29.489

Incapacidade temporária – mais de 15 dias 10.924

Incapacidade permanente 799

Óbito 212

Fonte: Previdência Social

Transtornos mentais são problema crescente

De acordo com o médico do trabalho Guilherme Murta, os problemas mais recorrentes de acidentes do trabalho são traumas em membros superiores, principalmente punhos e mãos, e problemas ósseos-musculares, como tendinite e dores musculares. Uma outra situação, porém, vem na crescente nos últimos anos: os transtornos mentais, caso da depressão e do estresse pós-traumático, entre outros.

“Não existe uma causa única, mas é uma conjunção de fatores. No trabalho os fatores influenciadores desses distúrbios são monotonia nas atividades, grande exigência nas tarefas, pouca autonomia, atividades muito repetitivas, exigência de metas impraticáveis, ambientes de trabalho com perigo muito grande. É uma gama de fatores que podem suscitar ansiedade, depressão”, explica o presidente da Associação Paranaense de Medicina do Trabalho.

Terceirização pode agravar problema

Em março deste ano a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 4.302/1998, que permite o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio) das empresas. Sancionada dias depois pelo presidente Michel Temer, a legislação pode impactar diretamente nos índices de acidente do trabalho no Brasil. Estudos do Dieese e da CUT, inclusive, já apontam a relação entre maior número de acidentes e empresas terceirizadas.

“Com certeza vai impactar. Os terceirizados ganham um salário menor e trabalham em condições piores. Eles se acidentam porque não tem uma capacitação rigorosa e as empresas não dão o mesmo tratamento para o terceirizado que dão para os empregados da própria empresa”, argumenta Adir de Souza, presidente do Sintespap.

Já o médico do trabalho Guilherme Murta destaca o fato de a redução de custos ser o principal fator que leva os empresários a terceirizar a mão de obra. “Questiona-se, então, se os cuidados com a saúde do trabalhador, o comprometimento, serão mantidos. Há uma exigência legal de que sejam, isso é importante de se afirmar.

Agora, se realmente vai acontecer, é difícil de prever, até porque uma empresa vai se dividir em várias empresas terceirizadas e não se sabe ainda como será o alcance da fiscalização com mais empresas atuando”, finaliza.

Código da mineração vai elevar custo de empresas

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

As primeiras avaliações sobre a reforma do Código da Mineração, proposta pelo governo, são antagônicas. Se um por lado, o texto fixa uma série de regras, há tempos esperadas, que podem dar mais previsibilidade para as empresas do setor que estavam numa espécie de limbo regulatório; por outro, altera a base de cálculo e as alíquotas da cobrança de royalties – a parcela do resultado que deve ser repassada ao Estado pelo direito de exploração das minas. Segundo os especialistas, as empresas já estimam que terão de rever receitas e lucros – para baixo – por causa do aumento de tributos.

“A proposta tem um forte componente arrecadatário e podemos dizer que ninguém, apenas o governo, gostou das mudanças que foram feitas no que se refere à cobrança de royalties”, diz Pedro Henrique Jardim, sócio da área de infraestrutura do escritório de advocacia Machado Meyer. Segundo Jardim, o aumento de impostos já era esperado, porque foi ventilado por representantes do governo em declarações públicas, no entanto, ficou muito acima do esperado.

Estão previstas elevações de alíquotas para a extração de metais e de pedras preciosas, como ouro (1% para 2%) e diamante (2% para 3%), bem como para as chamadas “terras raras”, minerais essenciais para componentes de alta tecnologia, como o nióbio (2% para 3%), usado em ligas especiais dos motores de foguetes e de aparelhos de ressonância magnética.

A alteração que mais incomodou foi a mudança na forma de cobrança do minério de ferro, base para a produção de aço. Deixaria de ser 2% sobre o faturamento líquido e passaria a ser cobrada de maneira escalonada até um teto de 4%, considerando a flutuação do preço no mercado internacional. Até US\$ 60 por tonelada, a alíquota continuará em 2%; entre US\$ 60 e US\$ 70, passará a 2,5%; de US\$ 70 a US\$ 80 irá a 3%; na faixa de US\$ 80 a US\$ 100 ficará em 3,5%. Já acima dos US\$ 100 por tonelada, o imposto será de 4%.

Algumas alíquotas foram mantidas, como a da bauxita (3%), componente do alumínio. Foram reduzidas as alíquotas de minerais da construção civil (2% para 1,5%), como areia, cimento, argila, que também entram na composição de porcelanatos, como louças, pisos e azulejos. No entanto, como a proposta altera não apenas as alíquotas, mas muda também a base cálculo, a perspectiva é que haja aumento generalizado da carga tributária.

Segundo Jardim, como o novo marco propõe uma série de mudanças na estrutura tributária, não é possível estimar, num primeiro momento, o impacto geral para o setor. “O impacto vai variar muito, de acordo com a estrutura de transporte e de produção de cada empresa”, diz o advogado. Em relatório enviado ao mercado, o BTG Pactual estimou que, para a Vale, a maior mineradora de ferro de mundo, os impactos econômicos tendem a ser limitados.

Arcabouço

No aspecto geral, segundo Pedro Garcia, coordenador Regional da Área de Mineração do Veirano Advogados, é bem vinda a estruturação de um arcabouço institucional. Um avanço é a previsão de transformar o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional da Mineração (ANM). “Em tese uma agência tem mais autonomia e menos influência política”, diz ele.

Outro ponto positivo é regulamentar a prorrogação do prazo de pesquisa da mina, antes não prevista. A fase de pesquisa é a mais delicada. Feita num prazo inadequado pode levar a erro na identificação do verdadeiro potencial da lavra. Pela proposta, ficaria estabelecido o prazo de três a quatro anos de pesquisa, com um ano adicional, caso a empresa comprove que problemas ambientais.

Modernização

A expectativa é que o novo código desburocratize o setor, superando a fase de incerteza criada em 2013, com a proposta da presidente Dilma Rousseff. "Naquele momento, o governo buscava um marco mais intervencionista, determinando que novas áreas descobertas precisariam de licitações, o que não faz sentido em nenhum lugar do mundo", diz Garcia.

O sócio da área de mineração do escritório TozziniFreire, Luiz Fernando Visconti, recorda que a insegurança gerada em 2013 afetou não só as mineradoras instaladas no País, mas também as que pleiteavam entrar no mercado local, o tende a ser resolvido quando a nova lei passar a valer. Mas Visconti lembra que as MPs que constituem o novo código ainda precisam passar por todo o trâmite do Congresso e vários pontos podem ser alterados.

ArcelorMittal vê demanda global maior por aço, mas teme importações

27/07/2017 – Fonte: Reuters

A ArcelorMittal, maior produtora de aço do mundo, elevou nesta quinta-feira a projeção para demanda global por aço, com a expectativa de retomada da indústria chinesa, mas disse que importações baratas seguiram prejudicando seus negócios. A siderúrgica espera que o consumo aparente de aço, que considera níveis dos estoques, suba 2,5 a 3 por cento em 2017 globalmente, ante previsão anterior de 0,5 a 1,5 por cento.

O aumento esperado reflete a recuperação do mercado chinês, informou a ArcelorMittal, que antes esperava declínio neste ano.

Embora a empresa tenha pouca exposição direta à China, o maior produtor e consumidor de aço do mundo tem grande impacto no mercado global.

Dados econômicos recentes da China sugerem que a economia está crescendo mais rápido que o esperado, o que conduziu os futuros do aço para a máxima em três anos e meio.

Para toda a ArcelorMittal, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 19 por cento no segundo trimestre, para 2,11 bilhões de dólares, em linha com a projeção de 2,14 bilhões de dólares em pesquisa da Reuters com analistas.

A melhora do resultado deve-se aos negócios de mineração e às operações na Europa, já que o lucro nos Estados Unidos e no Brasil foi menor que em igual período de 2016.

A companhia reduziu ligeiramente a perspectiva para demanda no Brasil, que está saindo de uma longa recessão agravada pela crise política, e também nos Estados Unidos, onde se vê uma produção automotiva mais baixa.

A ArcelorMittal destacou também que as importações baratas da China e outros lugares para os seus principais mercados ainda é um problema.

"Continua sendo motivo de preocupação que não conseguimos capturar todos os benefícios do crescimento da demanda devido ao contínuo nível elevado das importações", disse o presidente-executivo da empresa, Lakshmi Mittal, em comunicado.

Para proteger as empresas dos EUA contra importações de aço mais baratas da China, da Coreia do Sul e outros países, o presidente norte-americano, Donald Trump, disse no começo deste mês que considerava a imposição de cotas e tarifas.

Setor de aço vê economia fraca e espera queda em vendas em 2017

27/07/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo



As vendas internas de aço no Brasil devem cair 1,3% em 2017, para 16,3 milhões de toneladas, informou nesta quarta-feira (26) o Instituto Aço Brasil (IABr), ao rever previsão divulgada em abril que previa crescimento de 1,3% nas vendas do setor.

A entidade manteve a estimativa para a produção de aço no país neste ano em 32,47 milhões de toneladas, alta de 3,8% ante 2016, em razão da expectativa melhor para as exportações, que devem subir 9,1%, para cerca de 14,7 milhões de toneladas.

No primeiro semestre, a produção brasileira de aço bruto somou 16,7 milhões de toneladas, uma alta de 12,4% ante o mesmo período do ano passado, enquanto as vendas internas recuaram 2%, para 8,05 milhões de toneladas.

Em junho, a produção subiu 4% sobre um ano antes.

O segmento de aços longos foi o único a apresentar queda na produção no mês passado, refletindo a fraqueza da indústria de construção civil do país e escassez de projetos de infraestrutura.

A produção de aços longos em junho foi 11,3% menor que a registrada um ano antes, a 714 mil toneladas, e ficou estável ante maio. Já as vendas de laminados da categoria caíram 9,5% na mesma comparação, para 578 mil toneladas, encerrando o semestre em baixa de 10%, a 3,185 milhões de toneladas.

As exportações, que tiveram alta anual de 9,2% entre janeiro e junho, foram responsáveis por compensar a lentidão do mercado interno e puxadas pela base de comparação mais fraca com 2016, quando a Companhia Siderúrgica do Pecém (CE) ainda não estava em plena operação.

"Na nossa visão, a economia brasileira não se recuperou e não vai se recuperar em 2017. A perspectiva do mercado interno é muito difícil, a saída são as exportações", disse o presidente do IABr, Marco Polo de Mello Lopes.

Produção de aço bruto em junho sobe 4% ante junho de 2016, diz IABr

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A produção de aço bruto no Brasil em junho somou 2,649 milhões de toneladas, aumento de 4% em relação ao mesmo mês do ano passado, divulgou nesta quarta-feira, 26, o Instituto Aço Brasil (IABr).

Já a produção de laminados chegou em 1,814 milhão de toneladas no mês passado, aumento de 2,3% na relação anual. A de aços planos, por sua vez, cresceu 13,5%, para 1,1 milhão de toneladas no mês passado.

Já a produção de aço longo caiu 11,3% em junho ante junho de 2016, para 714 mil toneladas. As importações de aço, em volume, cresceram 108,7%, para 192 mil toneladas.

Exportações

O IABr estuda enviar uma delegação para os Estados Unidos para tratar diretamente com o Departamento de Comércio do país sobre as discussões que estão ocorrendo pelo governo Trump para implementar medidas antidumping que afetariam as exportações do aço brasileiro. Esse assunto será deliberado pelo conselho da entidade em reunião nesta quinta-feira, 27, disse o presidente do Conselho de Administração da entidade, Alexandre Lyra.

O executivo comentou que a entidade já enviou uma carta ao Departamento de Comércio americano, para tratar desse assunto, logo depois que as notícias sobre os planos do governo brasileiro em barrar a exportação de aço, incluindo o brasileiro, se tornaram públicas.

Segundo Lyra, das 30 milhões de toneladas de aço importadas pelos Estados Unidos, apenas 4 milhões de toneladas vêm do Brasil. Se for considerado o consumo de aço norte-americano, o volume de aço brasileiro responde por 3%. "Além disso, as nossas exportações são de produtos semi-acabados, que acaba gerando empregos lá", disse.

Somado a isso, o intuito tem sido o de mostrar que o Brasil mais importa dos Estados Unidos do que exporta para lá. No entanto, da balança comercial brasileira, os Estados Unidos respondem por cerca de 30%. O executivo disse que o governo brasileiro está sensível em relação a esse assunto.

"Os Estados Unidos são o nosso maior mercado de exportação e hoje estamos fora desse mercado e isso nos atinge diretamente", destaca o presidente da Usiminas, Sergio Leite. "O Brasil não deveria estar nessa vala comum", completa o presidente executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes.

A indústria do aço brasileira sempre teve o foco no mercado interno, mas no momento o setor não tem saída a não ser destinar parte de sua produção para as exportações, disse Sergio Leite. Segundo ele, hoje a indústria siderúrgica do País roda com uma utilização de capacidade de 60%, sendo que o ideal é um patamar de 80%.

No entanto, disse Leite, dado o elevado custo financeiro brasileiro e tributos não recuperados, o setor não possui hoje competitividade para se posicionar globalmente.

Sendo assim, o setor siderúrgico necessita, em sua visão, que o aumento do reintegra, mecanismo de restituição de tributos não recuperáveis embutidos nos produtos destinados às exportações, passando de uma alíquota de 2% para 5%.

Futuros do aço fecham em queda na China com perspectiva de menor demanda e ampla oferta

27/07/2017 – Fonte: Reuters

Os futuros de vergalhão de aço na China recuaram nesta quinta-feira após três pregões consecutivos de ganhos, cedendo mais de 2,4 por cento durante a sessão devido ao sentimento de demanda fraca em meio a uma produção maior por usinas.

"Quando a onda de calor pelo país passar, a demanda pode não registrar uma recuperação consistente, apesar da sazonal melhora na atividade", disseram analistas da Orient Futures em nota.

Os trabalhos de construção na China geralmente se reduzem durante os picos de calor do verão, fortalecendo-se novamente quando as temperaturas caem no outono, antes da chegada do inverno.

A Administração Meteorológica chinesa afirmou na quarta-feira que mais de 85 localidades pelo país registraram temperaturas superiores a 40 graus Celsius. Algumas regiões tiveram recorde de calor.

O contrato do vergalhão de aço mais negociado na Bolsa de Xangai SRBcv1 caiu 0,6 por cento, para 3.570 iuanes por tonelada.

Paralelamente, dado o recuo nos preços do aço, o contrato mais negociado do minério de ferro na Bolsa de Dalian DCIOcv1 caiu 0,2 por cento, para 527 iuanes por tonelada.

Ofertas de ações ganham fôlego e devem chegar a R\$ 40 bilhões em 2017

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Uma fila de até dez companhias está se formando para fazer ofertas de ações em outubro, de olho no apetite dos investidores e na abundância externa de capital, que têm atraído dinheiro novo para o Brasil. Apesar da turbulência política, a percepção do mercado é de que houve uma “separação” entre a economia e a crise no governo federal. Isso deve fazer de 2017 o ano de maior movimento de emissões de ações no País desde 2010. Até 31 de dezembro, as ofertas podem superar R\$ 40 bilhões.

De janeiro até agora, as ofertas de ações já somam R\$ 21,9 bilhões, mais do que o dobro do registrado em 2016. E a essa conta vão se somar as cifras de IRB Brasil Re (resseguradora) e Omega Geração (empresa de energia), que vão definir preços de seus papéis hoje. Ambas poderão contribuir com mais R\$ 4 bilhões em julho, após a varejista Carrefour e Biotoscana, do ramo de saúde, terem movimentado mais de R\$ 6 bilhões na semana passada.

Caso a expectativa com IRB e Ômega seja confirmada, será o melhor desempenho do mercado de ações brasileiro desde 2010, quando as emissões somaram R\$ 149 bilhões – o valor foi inflado por uma operação de R\$ 120 bilhões da Petrobrás.

Uma das razões para todo esse otimismo no mercado de renda variável é o entendimento de que a direção da economia não deverá sofrer alterações significativas, afirma o diretor gerente do Bradesco BBI, Leandro Miranda. “Os investidores estrangeiros sempre estiveram mais positivos do que os brasileiros”, diz. Miranda informa que o banco tem hoje oito ofertas nas mãos que podem ser viabilizadas até o fim deste ano.

Apenas com essa carteira, o diretor do Bradesco BBI calcula que as ofertas de ações poderão somar um volume adicional de R\$ 17 bilhões até o fim ano, sendo R\$ 10 bilhões podem ser somente em outubro.

A Tivit (de tecnologia da informação) e a Camil (de alimentos) já entraram com pedido para realizar suas ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) na B3. A Neoenergia (de energia) e a BR Distribuidora (braço de distribuição de combustíveis da Petrobrás, que desistiu de uma venda de controle) também se movimentam para abrir o capital.

Movimento

De acordo com Fábio Nazari, sócio do BTG Pactual, o momento da Bolsa brasileira permite não só a capitalização de companhias, mas também viabiliza a saída de sócios, como fundos de private equity (que compram participações em empresas). “As ofertas de ações estão atraindo os investidores. Virão a mercado as histórias certas, com o

valor de avaliação correto”, diz o responsável pelo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, Hans Lin.

A crise, porém, influencia os objetivos que as empresas têm ao fazer um IPO. Ao contrário do que ocorreu no “boom” da Bolsa, há dez anos, o dinheiro captado não está sendo usado prioritariamente para financiar projetos de expansão, mas para reduzir o endividamento dos negócios. “O mercado tem aceitado bem essa intenção, pois o custo da dívida é alto”, frisa Nazari. O movimento também tende a deixar os negócios mais saudáveis para uma eventual retomada da economia.

A próxima janela de IPOs, em outubro, deve ser usada também por empresas que se preparavam para lançar suas ofertas de ações, mas desistiram depois da delação do empresário Joesley Batista, da JBS, que envolveu o presidente Michel Temer e abalou o Palácio do Planalto. O bom resultado da B3 em julho deve dar um ânimo adicional às companhias que estavam em dúvida sobre a ida à Bolsa.

O executivo do BTG recomenda que, diante do cenário instável do Brasil, as empresas devem fazer a preparação para o IPO com antecedência. Assim, vão estar prontas para aproveitar as oportunidades geradas por momentos mais positivos, como o atual.

A Tivit (de tecnologia da informação) e a Camil (de alimentos) já entraram com pedido para realizar suas ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) na B3. A Neoenergia (de energia) e a BR Distribuidora (braço de distribuição de combustíveis da Petrobrás, que desistiu de uma venda de controle) também se movimentam para abrir o capital.

Movimento

De acordo com Fábio Nazari, sócio do BTG Pactual, o momento da Bolsa brasileira permite não só a capitalização de companhias, mas também viabiliza a saída de sócios, como fundos de private equity (que compram participações em empresas). “As ofertas de ações estão atraindo os investidores. Virão a mercado as histórias certas, com o valor de avaliação correto”, diz o responsável pelo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, Hans Lin.

A crise, porém, influencia os objetivos que as empresas têm ao fazer um IPO. Ao contrário do que ocorreu no “boom” da Bolsa, há dez anos, o dinheiro captado não está sendo usado prioritariamente para financiar projetos de expansão, mas para reduzir o endividamento dos negócios.

“O mercado tem aceitado bem essa intenção, pois o custo da dívida é alto”, frisa Nazari. O movimento também tende a deixar os negócios mais saudáveis para uma eventual retomada da economia.

A próxima janela de IPOs, em outubro, deve ser usada também por empresas que se preparavam para lançar suas ofertas de ações, mas desistiram depois da delação do empresário Joesley Batista, da JBS, que envolveu o presidente Michel Temer e abalou o Palácio do Planalto. O bom resultado da B3 em julho deve dar um ânimo adicional às companhias que estavam em dúvida sobre a ida à Bolsa.

O executivo do BTG recomenda que, diante do cenário instável do Brasil, as empresas devem fazer a preparação para o IPO com antecedência. Assim, vão estar prontas para aproveitar as oportunidades geradas por momentos mais positivos, como o atual.

Desembargador destaca risco de 'descontrole do País' em decisão sobre PIS-Cofins

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Ao derrubar a liminar de um juiz de primeira instância que barrava o aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), desembargador Hilton José Gomes de Queiroz, alertou para o risco de decisões como aquela abrirem brecha “para um completo descontrole do país e até mesmo seu total desgoverno”.

“Com efeito, é intuitivo que, no momento ora vivido pelo Brasil, de exacerbado desequilíbrio orçamentário, quando o governo trabalha com o bilionário déficit, decisões judiciais, como a que ora se analisa, só servem para agravar as dificuldades da manutenção dos serviços públicos e do funcionamento do aparelho estatal, abrindo brecha para um completo descontrole do país e até mesmo seu total desgoverno”, escreveu o desembargador.

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu na noite de terça-feira (25) da decisão do juiz federal substituto da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli, que concedeu liminar suspendendo os efeitos do decreto que elevou as alíquotas de PIS/Cofins cobradas na venda de combustíveis.

Segundo a AGU, a suspensão da elevação das alíquotas representava um prejuízo diário ao governo de R\$ 78 milhões, impedindo o funcionamento das funções de governo. “Ora, no caso em exame, sem apreciar a pertinência jurídica dos fundamentos adotados pela decisão atacada, quanto à existência, no caso, de afronta aos princípios da legalidade tributária e da anterioridade nonagesimal (princípios esses cuja vulneração se afigura duvidosa, à vista dos precedentes invocados pela União, em abono de seu pleito), (...), tenho que, no caso, presentes se fazem, à luz das alegações e dos argumentos por ela trazidos, os pressupostos do acolhimento do seu pedido, eis que evidenciados, com exatidão, os requisitos de grave lesão à ordem pública jurídica, administrativa e econômica”, concluiu o desembargador.

Ao defender a necessidade do aumento dos tributos, a AGU informou que o contingenciamento do Orçamento deste ano, já bloqueado em R\$ 39 bilhões, iria se aprofundar se o governo não optasse pela majoração tributária, além de inviabilizar a prestação de serviços essenciais à população.

EDP registra lucro líquido de R\$ 141,998 mi no 2º trimestre

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A EDP Energias do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 141,998 milhões no segundo trimestre de 2017, um avanço de 45,1% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O Ebitda (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado somou R\$ 510,251 milhões, alta de 13,7% contra igual intervalo de 2016.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 2,581 bilhões no segundo trimestre de 2017, um avanço de 27,4% contra mesmo período de 2016.

Semestre

No acumulado do primeiro semestre de 2017, o lucro líquido totalizou R\$ 276,757 milhões, uma queda de 30,8% contra igual intervalo de 2016.

O Ebitda ajustado ficou em R\$ 1,036 bilhão no primeiro semestre de 2017, alta de 18,3% contra 2016.

A receita operacional líquida de janeiro a junho deste ano atingiu R\$ 4,888 bilhões, alta de 19% contra 2016.

MME prorroga consulta pública sobre reforma do marco legal de energia

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério de Minas Energia (MME) vai prorrogar em 10 dias o prazo da consulta pública sobre propostas para o aprimoramento do marco legal do setor elétrico, anunciou na tarde desta quarta-feira, 26, o chefe da assessoria especial em assuntos regulatórios do ministério, Paulo Gabardo, a uma plateia de agentes do setor reunidos para discutir um dos temas da consulta, a separação de lastro (capacidade) e energia na contratação de novas usinas.

A reunião foi fechada para a imprensa, mas ao final do encontro outro palestrante do encontro, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso, confirmou a informação, que ainda será oficializada.

“Os 10 dias vão ser concedidos para dar tempo de todo mundo fazer as análises”, disse Barroso. De acordo com ele, a decisão de ampliar o prazo da consulta, que passará dos originais 30 dias, até 4 de agosto, para 40 dias, até 14 de agosto, foi tomada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que levou em consideração o fato de que existem outras duas grandes consultas públicas em andamento: uma sobre os princípios que deverão nortear o setor, e outra sobre o Plano Decenal de Expansão (PDE). As outras duas consultas terão seus prazos mantidos.

De fato, diversos agentes vinham reclamando do curto prazo dado para a apresentação de contribuições, tendo em vista a extensão do documento, de 55 páginas, e a complexidade das propostas apresentadas.

Barroso salientou a importância da abertura ao diálogo e da realização de encontros como o promovido hoje pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para “nivelamento do conhecimento”.

“O setor estava acostumado a decisões mais ‘top down’, em que as pessoas não questionavam o porquê das coisas, mas se acomodavam com o que foi decidido. Agora o processo tira as pessoas da zona de conforto, porque há ampla discussão sobre conceitos por detrás das escolhas”, comentou, ao ser questionado sobre a reclamação de muitos agentes sobre a complexidade das propostas do governo.

Com o novo prazo, o MME estende também seu cronograma interno para a publicação da Medida Provisória com a compilação das propostas, inicialmente previsto para meados de setembro, mas que agora deverá ser divulgado entre o final do mês e o início de outubro, disse Barroso.

Questionado se a incerteza regulatória poderia levar o ministério a propor uma reforma mais enxuta, atacando especificamente temas urgentes, ele destacou que o entendimento é que existe “uma janela de oportunidade muito boa para modernizar o marco”. “Achamos que é possível avançar de uma maneira mais integrada”, disse.

“Como esse processo se desenvolverá dentro do cenário político veremos. O que pensamos é que em tendo 0,001% de chance de avançar, vamos avançar. Vai ser feito dentro do diálogo e pode ser que escolhas no meio do caminho sejam feitas”, acrescentou.

Copom decide cortar Selic em 1 ponto porcentual, para 9,25% ao ano

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

A despeito do aumento das incertezas sobre o andamento das reformas estruturais, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, por unanimidade, reduzir a Selic (a taxa básica de juros) em 1 ponto porcentual, de 10,25% para 9,25% ao ano nesta quarta-feira, 26.

O corte foi o sétimo consecutivo e coloca a Selic novamente em um dígito após quase quatro anos. Este é o menor patamar para a taxa desde agosto de 2013, quando estava em 9,00% ao ano.

A decisão era largamente esperada pelos economistas do mercado financeiro. De um total de 41 instituições consultadas pelo Projeções Broadcast, 39 esperavam corte de 1 ponto porcentual da Selic, enquanto duas projetavam redução de 0,75 ponto porcentual.

No comunicado que acompanhou a decisão, a instituição reconhece que há aumento das incertezas sobre o andamento das reformas estruturais. Mesmo assim, os diretores do BC defendem que há espaço para a continuidade da flexibilização da política monetária.

“O Copom ressalta que a manutenção das condições econômicas, até este momento, a despeito do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia, permitiu a manutenção do ritmo de flexibilização nesta reunião”, cita o comunicado divulgado.

O BC, porém, não se compromete com a continuidade do ritmo de corte da taxa de juros nas próximas reuniões e diz que isso só será possível se as condições do cenário básico avaliado pela instituição não forem alteradas. “Para a próxima reunião, a manutenção deste ritmo dependerá da permanência das condições descritas no cenário básico do Copom e de estimativas da extensão do ciclo”, cita o documento.

“O ritmo de flexibilização continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação”, completa o comunicado.

No documento, o BC também atualizou suas projeções para a inflação. No cenário de mercado – que utiliza expectativas para câmbio e juros do mercado financeiro –, o BC alterou sua projeção para o IPCA em 2017 de 3,8% para 3,6%. No caso de 2018, a expectativa foi de 4,5% para 4,3%.

Bancos seguem Copom e repassam queda da Selic para pessoas físicas e jurídicas

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Banco do Brasil e Itaú Unibanco seguiram novamente o Comitê de Política Monetária (Copom) e repassaram o corte de 1 ponto porcentual para as suas principais linhas de crédito às pessoas físicas e jurídicas. Trata-se da quinta redução consecutiva de juros realizada no ano pelos grandes bancos de capital aberto. Além deles, no início da semana, o Santander Brasil antecipou a divulgação do repasse da nova diminuição dos juros para suas linhas de crédito.

O presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, disse, ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que a nova redução da Selic é mais um passo importante na retomada do crescimento econômico do País. Segundo ele, a redução

dos juros básicos da economia para um dígito “favorece os investimentos, melhora a obtenção de capital de giro para as empresas e estimula o consumo”.

No caso do BB, as novas taxas valem a partir da próxima segunda-feira, dia 31. Serão reduzidas, conforme o banco, os juros de crédito imobiliário. No Sistema Financeiro da Habitação (SFH), as taxas que estavam entre 9,99% e 10,94% ao ano serão reduzidas para 9,74% a 10,69% ao ano.

Já na Carteira Hipotecária (CH), as taxas eram de 10,90% a 11,99% ao ano e serão reduzidas para o intervalo entre 10,65% e 11,74% ao ano. Também reduzirá as taxas mínimas do cheque especial (de 4,31% para 2,20% ao mês) e do CDC (1,97% para 1,79% ao mês).

O BB também fará uma redução de juros adicional nos canais digitais. Para aquisição de veículos, a redução de taxas é exclusiva para as operações contratadas pelo aplicativo do BB para mobile. A taxa mínima será reduzida de 1,23% para 1,19% ao mês. Já para linhas de crédito destinadas a clientes proventistas a redução contemplará as operações contratadas em todos os canais digitais do BB (internet, terminais de autoatendimento e mobile).

As taxas do BB Crédito Salário e Renovação que variavam de 3,30% a 6,97% ao mês passarão para 3,22% a 6,89% ao mês. Já o BB Crédito Benefício (para pensionistas e beneficiários do INSS) cairá do intervalo entre 2,95% e 5,67% ao mês para 2,87% e 5,59% ao mês.

No caso de empresas, as taxas mínimas do BB para as linhas Cheque Ouro Empresarial PJ e Giro Rápido Rotativo serão reduzidas de 8,33% para 8,28% ao mês, enquanto as máximas caem de 13,50% para 13,45% ao mês.

No Itaú Unibanco, os novos valores passam a valer a partir do dia 1 de agosto. Para pessoa física haverá redução nas taxas do empréstimo pessoal e cheque especial; para micro e pequenas empresas, serão alteradas as taxas do produto capital giro. Para veículos, o banco já vem reduzindo ao longo do ano a taxa de financiamento, convergindo com a queda da Selic.

Fluxo cambial total em julho até dia 21 é negativo em US\$ 2,885 bilhões, diz BC

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Depois de registrar saídas líquidas de US\$ 4,301 bilhões em junho, o fluxo cambial do País está negativo em US\$ 2,885 bilhões em julho até o dia 21, informou nesta quarta-feira, 26, o Banco Central (BC).

O canal financeiro apresentou saídas líquidas de US\$ 4,257 bilhões no período. Isso é resultado de entradas no valor de US\$ 21,681 bilhões e de retiradas no total de US\$ 25,939 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo de julho até o dia 21 é positivo em US\$ 1,373 bilhão, com importações de US\$ 8,621 bilhões e exportações de US\$ 9,993 bilhões.

Nas exportações, estão incluídos US\$ 1,714 bilhão em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 3,104 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 5,176 bilhões em outras entradas.

Total no ano

O fluxo cambial do ano até o dia 21 de julho ficou positivo em US\$ 4,594 bilhões. Em igual período do ano passado, o resultado era negativo em US\$ 9,845 bilhões.

A retirada de dólares pelo canal financeiro neste ano até 21 de julho foi de US\$ 28,308 bilhões. Este resultado é fruto de entradas no valor de US\$ 263,721 bilhões e de envios no total de US\$ 292,029 bilhões.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até 21 de julho ficou positivo em US\$ 32,902 bilhões, com importações de US\$ 75,026 bilhões e exportações de US\$ 107,928 bilhões. Nas exportações estão incluídos US\$ 16,483 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 29,870 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 61,575 bilhões em outras entradas.

Swap cambial

Após prejuízo de R\$ 546 milhões com sua posição em swap cambial em junho, o Banco Central registrou resultado positivo de R\$ 5,125 bilhões em julho até o dia 21 com estes contratos pelo critério caixa.

Servidor que aderir ao PDV terá isenção do Imposto de Renda sobre indenização

27/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Medida provisória que define regras do programa de demissão voluntária, da redução de jornada e da licença não remunerada para servidores do Executivo é assinada pelo presidente Michel Temer



Esplanada dos Ministérios, em Brasília: funcionários da administração pública direta podem aderir ao programa de demissão voluntária. José Cruz/Agência Brasil

O presidente Michel Temer assinou nesta quarta-feira (26) a medida provisória (MP) com as regras do programa de demissão voluntária (PDV) do Poder Executivo. A medida deve ser publicada nesta quinta-feira (27), no Diário Oficial da União. Pela MP, terão preferência os servidores com menos tempo no cargo ou que já estão em licença. Essa foi a saída do governo para evitar a adesão dos melhores funcionários e que dividia opiniões de integrantes da equipe de Temer.

Quem aderir ao PDV ganhará 1,25 salário por ano trabalhado e a indenização será isenta de recolhimento de imposto de renda e de contribuição ao regime próprio de Previdência. Os planos de previdência em fundações fechadas poderão ser mantidos mas revistos porque a União deixará de ter ônus com os servidores desligados.

Além de funcionários da administração pública direta, como os ministérios, foram incluídas fundações e autarquias, órgãos da administração indireta – inclusive de ex-territórios. A decisão inclui as agências reguladoras, por exemplo.

Redução de jornada

A medida também define a redução de jornada de 8 para 6 ou 4 horas diárias com um bônus de uma hora diária para o cálculo do novo salário. Outra opção será a licença temporária de até três anos incentivada com três meses de salário como bônus.

Ficam impedidos de optar por qualquer uma das três possibilidades os servidores que estejam respondendo a sindicância ou processo administrativo. No caso do PDV está

vedada a participação daqueles que já cumpriram as exigências legais para a aposentadoria.

Para a redução de jornada, terão preferência os funcionários com filhos de até seis anos ou que sejam responsáveis por cuidar de pessoas idosas, doentes ou portadoras de necessidades especiais. A redução da jornada será concedida pelo órgão a que se vincula o servidor e poderá ser revertida, a qualquer momento.

Licença não remunerada

Quem optar pela licença incentivada poderá exercer outra atividade, na esfera pública ou privada, desde que o novo trabalho não crie situações de conflito de interesse. Contratos temporários, cargos de confiança ou empregos em empresas públicas ou de sociedade mista, como a Petrobras, estão vedados. É permitido participar de conselhos fiscais e de administração de companhias.

A licença de três anos poderá ser renovada pelo mesmo período uma vez e o prêmio de três salários poderá ser pago em parcelas. Esse pagamento também será feito livre de IR.

Corte de gastos

A medida foi tomada para reduzir despesas do governo e sinalizar com enxugamento da máquina pública. O último PDV foi feito na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e teve adesão de cerca de 5 mil servidores.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, considera que a adesão será baixa, menos de 1% dos servidores, o que deve gerar uma economia de até R\$ 1 bilhão por ano.

A medida provisória estabelece que, por decisão do Ministério do Planejamento, o PDV poderá ser reaberto caso a política de enxugamento da máquina não seja atingida inicialmente. A ideia era de que o programa ficasse aberto até 2022, mas esse prazo ainda será definido.

Medida Provisória com regras de PDV para servidores federais é publicada

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 27, traz publicada a Medida Provisória 792/2017, que institui Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no âmbito do Poder Executivo federal. O texto foi assinado ontem pelo presidente Michel Temer.

Conforme o **Broadcast** antecipou, o governo vai oferecer como incentivo financeiro e indenização ao servidor que aderir ao programa 1,25 da remuneração mensal por ano efetivo de trabalho na administração pública. Esses valores serão isentos de recolhimento de imposto de renda e de contribuição ao regime próprio de Previdência e ao regime de previdência complementar.

A MP também cria outros dois tipos de incentivo ao funcionalismo: a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração.

As medidas integram uma ação do governo para tentar reduzir os gastos com pessoal e encargos sociais, que devem chegar a R\$ 284,47 bilhões neste ano, segundo estimativa divulgada no relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre. Trata-se do segundo maior gasto do governo, depois dos benefícios previdenciários (R\$ 559,77 bilhões neste ano).

Os incentivos serão oferecidos a servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Planalto confirma que Temer assinou MP que cria PDV para servidor

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Palácio do Planalto confirmou na noite desta quarta-feira, 26, que o presidente Michel Temer assinou hoje a Medida Provisória que cria o Programa de Desligamento Voluntário no âmbito do Poder Executivo Federal.

A informação foi antecipada pelo Broadcast Político, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado. Temer não fez alterações na minuta da MP elaborada pelo Ministério do Planejamento.

A medida deve ser publicada nesta quinta-feira, 27, no Diário Oficial da União. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, destacou na terça-feira, 25, que a medida era apenas um estudo preliminar do Ministério do Planejamento. "Não é um projeto final, calculado, organizado, formatado e levado para o presidente da República", disse em São Paulo.

No Palácio do Planalto, as reservas de Meirelles quanto ao projeto de PDV são vistas com pouca preocupação. Para um auxiliar presidencial, o "barulho" feito pelo ministro da Fazenda não faz sentido uma vez que o Planejamento é quem detém a responsabilidade sobre a gestão de pessoal no governo federal.

Conforme a minuta obtida pela reportagem do Broadcast Político, o governo vai oferecer 1,25 salário por ano de trabalho do servidor público federal que aderir ao PDV e a indenização deverá ser isenta de recolhimento de imposto de renda e de contribuição ao regime próprio de Previdência.

O texto prevê outros dois tipos de incentivos ao funcionalismo: a redução da jornada de trabalho e a licença sem remuneração.

As medidas integram uma ação do governo para tentar reduzir os gastos com pessoal e encargos sociais, que devem chegar a R\$ 284,47 bilhões neste ano, segundo estimativa divulgada no relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre.

Trata-se do segundo maior gasto do governo, depois dos benefícios previdenciários (R\$ 559,77 bilhões neste ano). Os incentivos serão oferecidos a servidores da administração pública federal direta, bem como de autarquias e fundações do Poder Executivo.

Aliados de Temer querem que reforma da Previdência fique para 2019

27/07/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Partidos aliados do presidente Michel Temer defendem que ele abandone a ideia de votar a reforma da Previdência e que a proposta só seja retomada em 2019, ou seja, no próximo governo.

Apesar de não ser consenso, a ideia ecoa em partidos que somam 173 dos 513 deputados. A **Folha** ouviu membros de PSDB (46 deputados), PR (38), PSD (37), DEM (29) e PRB (23). Representantes do PP (47) dizem não ter segurança de que o governo conseguirá aprovar a proposta.

Eles levam em conta a proximidade das eleições de 2018 e a previsão de que o governo só conseguiria aprovar uma reforma mínima, desfigurando ainda mais a proposta original e dificultando uma mudança mais robusta.

"Não é hora. Falei isso para o presidente numa conversa, há um mês. Disse 'esqueça esse assunto de Previdência'", afirmou o líder do PSD, Marcos Montes (MG).

Em contato com suas bases eleitorais durante o recesso parlamentar, deputados dizem reservadamente ter sido mais pressionados por descontentes com a nova Previdência do que por aqueles insatisfeitos com o governo e as denúncias de corrupção.

Eles fazem a conta de que o tema só se tornaria uma prioridade depois que o plenário tirasse do caminho a denúncia contra Temer e a reforma política. Com isso, a votação ficaria muito próxima da campanha eleitoral.

"Obviamente só daria para votar isso agora no segundo semestre, ano que vem nem pensar", afirma Marcus Pestana (PSDB-MG). Ele, que votou pela reforma na comissão especial e é um dos tucanos que defendem Temer, diz que seria importante votá-la agora, mas que é preciso "tranquilidade política".

Até quem quer que a reforma seja mantida afirma que deve ser difícil. "É importante darmos o primeiro passo, ainda que não seja completo", disse Carlos Melles (DEM-MG). "Mas não me surpreenderia se ficasse para 2019."

Os que defendem que a agenda da reforma seja mantida afirmam que seria possível votar uma versão mais flexível da nova Previdência.

"Já não tínhamos os 308 votos. Se for necessário [desidratar a reforma], é pouca coisa para conseguir a aprovação", disse o deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

Até o agravamento da crise política, o governo contabilizava 260 votos dos 308 necessários para aprovar o texto na Câmara dos Deputados.

O texto da comissão já representa cerca de 70% da proposta original do governo.

O presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), é a favor da votação neste ano "o que for possível". "A chance de vitória do governo é grande? Não. Mas acho irresponsabilidade com o país não tratarmos disso", disse.

Líder de uma bancada de 62 deputados, o deputado Baleia Rossi (PMDB-SP), defendeu que Câmara e Senado discutam juntos qual texto tem condições de ser aprovado.

"Não adianta a gente aprovar e, depois, o Senado engavetar. Fica muito ruim."

No entanto, há quem diga que, se for para alterar a proposta, é melhor esquecê-la.

"Ou vota o texto que foi aprovado na comissão ou não se vota nada neste mandato", disse Cleber Verde (PRB-MA), líder da sigla na Casa.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse à **Folha** que é preciso votar a reforma da Previdência e negou que o que a Casa irá votar seja uma minirreforma.

CRONOGRAMA DA REFORMA



- Projeto parado
- Projeto em discussão
- Tramitação avança



Dez.16

Governo envia a Proposta de Emenda à Constituição à Câmara e CCJ aprova sua admissibilidade



Fev.17

Comissão especial começa a discutir a PEC



Mai.17

Comissão especial aprova reforma, com alterações

ESTAMOS AQUI ▼



O texto está pronto para ser votado no plenário da Câmara

PRÓXIMOS PASSOS



Duas votações no plenário da Câmara. Se aprovada, reforma vai ao Senado

Percentual de cheques sem fundos no Brasil toca menor patamar em 2 anos no 1º semestre, diz Serasa

27/07/2017 – Fonte: Reuters

O nível de devoluções de cheques por insuficiência de fundos no Brasil recuou para 2,13 por cento no primeiro semestre, o menor patamar para o período nos últimos dois anos, informou nesta quinta-feira a empresa de análise de informações de crédito Serasa Experian.

Um ano antes, a taxa de devolução havia sido de 2,41 por cento, segundo a companhia.

Considerando apenas junho, o percentual de devolução de cheques foi de 1,86 por cento ante 2,15 por cento em maio e 2,36 por cento no mesmo mês de 2016, disse a Serasa.

Para os economistas da Serasa, "a queda da inflação, das taxas de juros e a entrada dos recursos do FGTS na economia" estão entre os responsáveis pela redução da inadimplência com cheques no período.

Artigo: A arbitrariedade no aumento dos combustíveis

27/07/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

É evidente o desespero do governo em aumentar a receita para sanar despesas



Era esperado que o aumento do PIS e da Cofins sobre os combustíveis fosse barrado pela Justiça. O decreto do governo federal que determinava o aumento de impostos era completamente arbitrário.

O maior equívoco foi contrariar a Constituição ao determinar, a partir da publicação, a entrada imediata em vigor das novas alíquotas. Qualquer aumento de tributo só pode passar a valer após 90 dias da publicação de normatização. Ou seja, na prática, o aumento, que se deu em tempo recorde nas bombas de combustíveis, só poderia acontecer em outubro.

O curioso é que a falta de assertividade do governo em planejar a política tributária chega a ser primária, e qualquer profissional pouco entendido saberia disso. O artigo 150 é bem claro neste quesito. As poucas exceções a essa regra não contemplam PIS e Cofins.

Outro argumento do juiz que suspendeu o aumento é o de que a majoração de tributos por decreto viola o princípio da legalidade, visto que isso só poderia acontecer por meio de lei. No entanto, esse não é um entendimento pacífico nos tribunais, pois ainda não existe decisão das cortes superiores para sustentar essa interpretação.

Em 2015, quando o governo elevou a alíquota do PIS e da Cofins sobre receitas financeiras – medida similar ao aumento da alíquota dos combustíveis –, muitas empresas questionaram judicialmente o aumento. A matéria ainda deve ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A falta de assertividade do governo em planejar a política tributária chega a ser primária

Então, por que todo esse alarde em criar um aumento repentino e inconstitucional de imposto e que seria questionado posteriormente? Parece que o governo está desorientado e sem saber que rumo tomar. Em nota, alegou que o aumento cobrirá despesas básicas da União e que a suspensão do aumento comprometerá a continuidade de serviços essenciais e de programas sociais.

É evidente o desespero do governo em aumentar a receita para sanar despesas. Durante os primeiros seis meses do ano foram várias as tentativas frustradas, como a reforma da Previdência e o programa de refinanciamento de dívidas com a Receita, que não foram para a frente.

Entretanto, no momento de cortar na carne, o governo continua sendo incoerente e concedendo benefícios injustificáveis em período de crise, a exemplo das emendas parlamentares. Dinheiro que o cidadão não faz a menor ideia de onde vai parar. Se este é o momento de unir esforços para melhorar a economia brasileira, o mínimo que se espera é responsabilidade fiscal do governo.

O problema é que sucessivamente recorre-se à alternativa mais fácil, que é passar a carga ao contribuinte, aumentando impostos. Não se fala em uma política tributária séria e planejada, embasada em estudos e acompanhada por especialistas do setor. Dizer apenas que as contas do governo estão no vermelho não convence mais a população.

Enquanto a Advocacia-Geral da União (AGU) tenta derrubar a liminar de suspensão, alegando que o aumento foi feito de forma correta, nós, os contribuintes, assistimos incrédulos a todos os desmandos do poder público, como se toda a contribuição que já foi feita fosse de apenas míseros reais. E mais: a previsão mais correta e intuitiva é a de que o aumento será cancelado, em julgamento eminentemente econômico, pelos tribunais superiores.

Afinal, o brasileiro trabalha exatos 153 dias para pagar impostos e a faixa de renda mais afetada por essa conta absurda é a classe média, que concentra a maior parte da população. Isso sem mencionar o peso da corrupção no bolso do contribuinte – segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), neste ano a corrupção consumiu 29 dias de trabalho de cada cidadão brasileiro.

(Cezar Augusto C. Machado é advogado com atuação em Direito Tributário da Sociedade de Advogados Alceu Machado, Sperb e Bonat Cordeiro)

Governo derruba liminar e combustíveis seguem “salgados”

27/07/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em uma vitória para o Palácio do Planalto, o desembargador Hilton José Gomes de Queiroz, presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) derrubou nesta quarta-feira, 26, a liminar de um juiz de primeira instância que barrava o aumento das alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis, decretado pelo governo de Michel Temer na semana passada.

A íntegra da decisão do desembargador não havia sido divulgada até a publicação deste texto.

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu na noite desta terça-feira, 25, da decisão do juiz federal substituto da 20ª Vara Federal do Distrito Federal, Renato Borelli, que concedeu liminar suspendendo os efeitos do decreto que elevou as alíquotas de PIS/Cofins cobradas na venda de combustíveis.

Segundo a AGU, a suspensão da elevação das alíquotas representava um prejuízo diário ao governo de R\$ 78 milhões, impedindo o funcionamento das funções de governo. De acordo com a AGU, sem o ingresso dessa receita no caixa da União, “vários programas do governo federal estarão ameaçados de continuidade, entre os quais gastos do Ministério da Saúde, de Segurança Pública, execução do Bolsa Família”.

Em sua decisão, Borelli alegou que a medida não obedeceu ao princípio da “noventena” e não poderia ser adotada por decreto. A decisão de primeira instância foi encaminhada à Agência Nacional de Petróleo (ANP) e pedia a suspensão imediata dos efeitos do decreto.

Ao defender a necessidade do aumento dos tributos, a AGU informou que o contingenciamento do Orçamento deste ano, já bloqueado em R\$ 39 bilhões, iria se

aprofundar se o governo não optasse pela majoração tributária, além de inviabilizar a prestação de serviços essenciais à população.

Fiat Chrysler tem alta de 15% em lucro do 2º tri, mas endividamento decepciona

27/07/2017 – Fonte: Reuters

A Fiat Chrysler reportou nesta quinta-feira lucro operacional ajustado ligeiramente acima do esperado, ajudada por melhor desempenho na Europa e na América Latina e pela contínua firmeza dos negócios na América do Norte, seu principal mercado.

A sétima maior montadora do mundo teve lucro ajustado antes de juros e impostos (Ebit) de 1,87 bilhão de euros de abril a junho, alta de 15 por cento ano a ano e acima da estimativa média de analistas ouvidos pela Thomson Reuters, de 1,81 bilhão.

A receita ficou praticamente estável em 27,9 bilhões de euros, abaixo da média das projeções, de 28,9 bilhões de euros.

A dívida industrial líquida caiu para 4,2 bilhões de euros no fim de junho, de 5,1 bilhões de euros em março, mas ainda ficou acima do consenso de analistas, de 3,9 bilhões de euros.

A montadora ainda confirmou as projeções para o ano.

“Setor automotivo precisa entender que inovação vai além de P&D”

27/07/2017 – Fonte: Automotive Business



Inovar está na lista dos principais desafios das empresas dos mais variados setores. Não é diferente entre as companhias automotivas, o problema é que muitas delas tratam o assunto da maneira errada, aponta Valter Pieracciani, diretor da Pieracciani, consultoria especializada no tema. “O setor automotivo precisa entender que inovação vai além de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e engenharia. As companhias concentram muitos esforços aí e não percebem outras oportunidades”, avalia.

Ele aponta, no entanto, que a concorrência com empresas de tecnologia e fornecedores de serviços de mobilidade começa a assustar as empresas tradicionais da cadeia produtiva, que acabam travadas sem saber como gerar inovação além da puramente tecnológica. “Esta é uma boa hora para repensar a estratégia nessa área”, diz. O consultor explica que não há receita pronta, mas o trabalho em alguns pontos pode acelerar o processo de inovação em grandes companhias. Ele enumera quatro pilares principais:

- **Estratégia de inovação:** contempla iniciativas internas e a inovação aberta, em colaboração com startups ou universidades. “O ponto de partida é entender o objetivo que a empresa busca ao inovar”, diz.
- **Processos de inovação:** aqui, aponta, é essencial estabelecer etapas e caminhos para escoar e lapidar as novas ideias e projetos, dando impulso para que eles evoluam.
- **Pessoas:** é essencial desbloquear a capacidade de inovação das pessoas, normalmente tão restrita pelas tarefas e pressões do dia a dia. “A inovação é humana e depende de emoção”, defende.

- **Ecosistema de inovação:** contempla tanto o ambiente interno da corporação quanto o relacionamento com fornecedores, clientes e startups.

“As empresas precisam se perguntar como estão em cada um destes pontos”, diz. Pieracciani reforça que o conceito atual, que faz com que startups se tornem empresas com alto valor de mercado em poucos meses ou anos, é a inovação centrada nas pessoas, com foco do cliente. Na visão dele, é esta a lição de casa das companhias da cadeia automotiva.

DESENVOLVER A INTELIGÊNCIA COLETIVA PARA INOVAR

O desafio de inovar na indústria automotiva é tema do ABLab Inovação, encontro para debater e construir inteligência coletiva sobre o assunto. O evento acontece no próximo dia 22 de agosto como programação paralela do Workshop Planejamento Automotivo 2018, que Automotive Business promove em São Paulo. O debate contará com a participação de Valter Pieracciani e de Jaakko Tammela, designer especialista em inovação e em novos modelos organizacionais.

O ABLab tem vagas limitadas a um pequeno grupo de participantes do Workshop Planejamento. Interessados podem se inscrever em www.planejamento2018.com.br.

O evento contará ainda com mais uma sala especial, a Cenários 2025 que contará com o consultor Paulo Cardamone para apresentar as expectativas para a indústria nacional. Já na programação principal do evento, no auditório do complexo WTC, serão abordados aspectos que as empresas precisam levar em conta ao desenhar a estratégia para o próximo ano. Entre os participantes estão representante da Anfavea, George Rugitsky, conselheiro do Sindipeças, Letícia Costa, da Prada Assessoria e muitos outros especialistas no setor automotivo.

PSA tem faturamento recorde no semestre

27/07/2017 – Fonte: Automotive Business



O faturamento do Grupo PSA atingiu novo recorde no primeiro semestre ao totalizar € 29,1 bilhões, 5% acima do apurado em igual período do ano passado, de acordo com balanço financeiro apresentado na quarta-feira, 26. O faturamento da divisão automotiva, que exclui a de autopeças e financeira, foi de € 19,8 bilhões, alta de 3,6% na mesma base de comparação anual, o que segundo a empresa, foi resultado dos lançamentos e da disciplina da empresa em termos de preços.

Com um resultado operacional corrente de € 1,44 bilhão, a divisão automotiva cresceu 10,7% sobre o primeiro semestre de 2016 e alcançou nível recorde de rentabilidade de 7,3%, apesar da alta das matérias-primas e do impacto negativo das taxas de câmbio. Este resultado decorre essencialmente de um mix de produtos favorável e da baixa constante dos custos.

“O Grupo PSA bateu recordes em termos de resultados graças a nossos clientes, responsáveis pelo sucesso de nossos últimos lançamentos, e ao empenho dos colaboradores do grupo, sempre focados na realização dos objetivos do plano Push to Pass. A eficácia e a agilidade com que as equipes superaram ventos contrários inspiram confiança na capacidade do Grupo PSA de enfrentar novos desafios”, declarou o presidente mundial do Grupo PSA, Carlos Tavares.

A divisão financeira do grupo, o Banco PSA Finance, encerrou o período com lucro operacional corrente de € 312 milhões, alta de 5,1% no comparativo anual. Da mesma forma, a Faurecia, que integra a divisão de autopeças, viu seu resultado operacional se elevar em quase 20%, para € 587 milhões.

O fluxo de caixa livre das atividades industriais e comerciais foi de € 1,11 bilhão, sustentado pela melhor margem bruta de autofinanciamento. Em seu balanço, o grupo reporta um nível de estoque total em 374 mil veículos, incluindo rede independente em todo o mundo, volume com 25 mil a menos do que o registrado em junho do ano passado.

As vendas das três marcas Peugeot, Citroën e DS somadas ascenderam em 2,3% no período, para pouco mais de 1,58 milhão de veículos (leia [aqui](#)).

Para 2017, o grupo prevê crescimento nos principais mercados em que atua: de 3% na Europa e de 5% na China, América Latina e na Rússia.

Com sua estratégia Push to Pass, o grupo prevê uma margem operacional corrente média superior a 4,5% para a divisão automotiva no período 2016-2018 e uma meta superior a 6% em 2021. Planeja ainda crescimento de 10 % do faturamento do grupo entre 2015 e 2018, visando 15% suplementares até 2021.

Indústria 4.0 terá R\$ 5 milhões para testes no Brasil

27/07/2017 – Fonte: Automotive Business



A ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, anunciou que vai dispor de R\$ 5 milhões para desenvolver e realizar testes em plataformas de experimentação de novas tecnologias (testbeds) no âmbito da indústria 4.0, como parte das ações que vão nortear o novo grupo de trabalho GTI 4.0, instalado na quarta-feira, 26, pelo MDIC a fim de definir uma nova estratégia nacional visando a evolução da indústria no Brasil.

O grupo é coordenado pela pasta e conta com participação do setor privado, representado por diversas associações e entidades de classe, instituições acadêmicas de ensino e pesquisa que desenvolvam atividades relacionadas à indústria 4.0 e manufatura avançada, além do BNDES, FINEP, EMBRAPPII, CNPq e CAPES, bem como os ministérios da Educação; Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Fazenda, Trabalho e Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

“Os testbeds são laboratórios-piloto que nós colocaremos em algumas áreas ou plantas específicas, dentro de alguns setores que nós vamos identificar sob o comando do MDIC. Vamos identificar quais setores estão prontos para dar esse salto de 4.0. O setor têxtil, por exemplo, já tem feito grandes avanços em 4.0. Para estes testbeds a ABDI vai disponibilizar já para o orçamento do ano que vem R\$ 5 milhões”, reforçou o presidente da ABDI, Guto Ferreira, que participou da reunião de instituição do GTI 4.0, em Brasília, na quarta-feira, 26.

Ferreira disse aos integrantes do GTI 4.0 que a ABDI passou por uma série de transformações se posicionando como uma agência de inteligência do governo para o setor produtivo. “No caso da ABDI, nós vamos trabalhar em dois polos dentro desse projeto: um é o modelo de maturidade e outro é o desenvolvimento dos testbeds”.

O modelo de maturidade consistirá em uma plataforma onde a própria indústria vai identificar em qual momento de maturidade está com relação à indústria 4.0.

“A indústria vai poder enxergar se está na 1.0, 2.0, 3.0 e se está pronta para dar esse salto para a 4.0. Na Alemanha, por exemplo, pouco mais de 10% da indústria é 4.0, então essa ainda é uma transformação que deve levar alguns anos. A questão é quanto o Brasil vai estar no *timing* correto disso ou não, sabendo que nos próximos dez anos, teremos uma atualização do maquinário entre 40% e 50% do nosso parque fabril: é uma atualização muito sensível e é uma atualização extremamente necessária. Se a gente conseguir casar essa atualização de maquinário, essa atualização tecnológica com os temas de 4.0, isso obviamente fará o Brasil dar um grande salto”, disse.

Para traçar a estratégia nacional da evolução da indústria brasileira, o MDIC realizou uma pesquisa na qual identificou os pontos prioritários para estabelecer a indústria 4.0 no Brasil, identificando os seguintes pontos: desenvolvimento e conhecimento tecnológico; mecanismos de inserção e adoção de tecnologias; habilidades sistêmicas e formação educacional 4.0; fomento e financiamento para a adoção e geração de tecnologias para a indústria 4.0.

“Espera-se uma participação plural, em um projeto coletivo, envolvendo os diversos segmentos da sociedade brasileira, na elaboração de propostas com impacto de curto e médio prazo, constituindo uma plataforma para o diálogo de políticas públicas.

Temas prioritários como aumento da competitividade das empresas brasileiras, mudanças na estrutura das cadeias produtivas, um novo mercado de trabalho, fábricas do futuro, massificação do uso de tecnologias digitais, startups, entre outros, serão amplamente debatidos e aprofundados neste GTI 4.0”, disse o ministro interino do MDIC, Marcos Jorge, que conduziu a reunião.

“Temos a oportunidade de vivenciar um marco real da história da evolução industrial e, mais do que isso, temos a oportunidade de contribuir para a elaboração de propostas de políticas públicas que serão fundamentais para a transformação da indústria”, completou.

Omnilink lança caixa preta adicional para caminhões

27/07/2017 – Fonte: Automotive Business

A Omnilink, especialista em gestão de frotas e monitoramento de veículos e telemetria, lança para o mercado de caminhões, a caixa preta, um novo equipamento para prevenir causas de acidentes e elevar o nível de segurança. Ele grava eventos ocorridos com os veículos e cujos dados podem ser consultados por gestores de frota posteriormente. Segundo a empresa, as informações detalhadas podem gerar ações preventivas a fim de reduzir multas ou acidentes.

O componente é adicional à solução Omnitelemetria CAN e traz uma gama ainda maior de informações em caso de acidentes. A caixa preta utiliza informações do sistema CAN do caminhão para monitorar até oito parâmetros pré-determinados em tempo real, que podem ser o acionamento do freio e do acelerador do veículo, uso do limpador de para-brisas, a rotação do motor, utilização da embreagem etc. Possibilita ainda gravar os eventos ocorridos na cabine do caminhão até 48 horas antes de um acidente.

“Sabemos a importância da segurança veicular e dos motoristas para nossos clientes e o quanto prover informações detalhadas e assertivas é fundamental para a prevenção de acidentes. Por esta razão, fortalecemos nossa solução de telemetria, oferecendo mais funcionalidades para uma gestão aprimorada”, afirma o diretor comercial da Omnilink, Gilberto Vasconcelos.

Autopeças registram US\$ 2,65 bi de déficit

27/07/2017 – Fonte: Automotive Business



O déficit na balança comercial de autopeças atingiu no acumulado de janeiro a junho US\$ 2,65 bilhões, registrando alta de 16,6% sobre o mesmo período do ano passado.

As importações somaram US\$ 6,06 bilhões e cresceram 10,3% no período, enquanto as vendas ao exterior, de US\$ 3,41 bilhões, aumentaram somente 5,9%.

Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças). Em junho as exportações totalizaram US\$ 651,7 milhões, resultando em crescimento de 4,1% em relação a maio e de 18,1% sobre o mesmo mês do ano anterior.

Por dois meses seguidos houve alta nas exportações, sendo que no primeiro semestre de 2017 as vendas para o exterior aumentaram em quatro deles, o que revela o empenho na busca de novos mercados, mas a dependência de componentes externos prevaleceu.

Os Estados Unidos ainda são o principal provedor de componentes para o Brasil, mas a China pode passar do segundo para o primeiro lugar até o fim do ano. No acumulado até maio as compras dos EUA haviam somado US\$ 633,7 milhões e as da China, US\$ 579,2 milhões, uma vantagem de US\$ 54,5 milhões. No entanto, essa diferença entre os dois caiu para US\$ 41,3 milhões no acumulado até junho.

A Argentina permanece como principal destino, para onde o Brasil enviou US\$ 1,04 bilhão em autopeças, 16,8% a mais que no mesmo período do ano passado. Estados Unidos e México vêm em segundo e terceiro lugares, respectivamente.